

ATA DA 116ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 11 DE DEZEMBRO DE 2014
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO ROMILDO TITON

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ana Paula Lima - Angela Albino - Carlos Chiodini - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Joares Ponticelli - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Renato Hinnig - Reno Caramori - Sargento Amauri Soares - Silvio Dreveck.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

(Pausa)

Não há oradores inscritos em Breves Comunicações.

Passaremos ao horário destinado aos Partidos Políticos.

(Pausa)

Consulto aos srs. deputados presentes se algum partido gostaria de fazer sua manifestação.

(Pausa)

Não havendo nenhuma das bancadas que gostaria de fazer suas manifestações, passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer contrário às seguintes matérias e que as mesmas terão o seu encaminhamento conforme determina o Regimento Interno: Projeto de lei n.s 0077/2014,

0127/2014, 0148/2013, 0201/2014 e Projeto de Lei Complementar n. 0006/2014.

Comunica, outrossim, que a comissão de Educação, Cultura e Desporto apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s: 0308/2014 e 0647/2014, de entidade social, para a manutenção de título.

A Comissão de Finanças e Tributação apresentou parecer favorável às seguintes matérias: Ofícios n.s 0232/2014 e 0650/2014.

A Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público apresentou parecer favorável às seguintes matérias: Ofícios n.s 0122/2014, 0125/2014, 0322/2014, 0374/2014, 0591/2014, 0594/2014, 0645/2014, 0685/2014, 0690/2014 e 0700/2014.

A Comissão de Direitos Humanos apresentou parecer favorável às seguintes matérias: Ofícios n.s 0059/2014, 0073/2014, 0116/2014, 0119/2014, 0149/2014, 0176/2014, 0186/2014, 0240/2014, 0313/2014, 0325/2014, 0447/2014, 0490/2014, 0497/2014, 0523/2014, 0527/2014, 0538/2014, 0540/2014, 0545/2014, 0557/2014, 0566/2014, 0568/2014, 0601/2014, 0616/2014, 0631/2014, 0634/2014 e 0688/2014.

A Comissão de Saúde apresentou parecer favorável às seguintes matérias: Ofícios n.s 077/2014, 0188/2014, 0196/2014, 0210/2014, 0231/2014, 0297/2014 e 0535/2014.

A Comissão de Prevenção e Combate às Drogas apresentou parecer favorável às seguintes matérias: Ofício n. 0668/2014.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0164/2013.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0190/2014.

Não há emendas à redação final.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0226/2014.

Não há emendas à redação final.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0528/2014.

Não há emendas à redação final.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0270/2014.

Não há emendas à redação final.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0284/2014.

Não há emendas à redação final.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0299/2014.

Não há emendas à redação final.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0002/2014.

Não há emendas à redação final.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Esta Presidência comunica que serão enviadas aos destinatários as Indicações n.s: 498 e 499, de autoria do deputado Aldo Schneider, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Também comunica que defere os Requerimentos n.s: 900, de autoria do deputado Nilson Gonçalves; e 901, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera.

Moção n. 0112, de autoria da deputada Luciane Carminatti, a ser enviada ao presidente do Supremo Tribunal Federal e ao presidente do Conselho Federal da OAB, manifestando apoio ao provimento da Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 4.650.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Nós temos um requerimento assinado pelo deputado Marcos Vieira, que solicita a suspensão para a manifestação do sr. Fernando Ritter, presidente da Associação Nacional do Transportador e dos Usuários de Estradas, Rodovias e Ferrovias - Antuerf, pelo tempo de dez minutos, para que possa se manifestar nesta Casa.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) (Faz soar a campanha.) - Declaramos reaberta a presente sessão.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra a primeira oradora inscrita, deputada Luciane Carminatti, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Sr. presidente, srs. deputados que acompanham esta sessão e todos aqui presentes, quero me manifestar sobre várias questões que nos preocupam. Em primeiro lugar sobre o grande número de acidentes que têm acontecido com relação às obras da BR-480, no trecho que liga Gouem, quem se dirige ao Rio Grande do Sul, a Chapecó.

Nós tivemos, segundo a Polícia Rodoviária Estadual de Concórdia, que é a responsável a esse trecho em 2014, 71 acidentes e oito mortes. E temos uma dificuldade muito grande em relação às obras nessa via, porque o relevo facilita a alta velocidade, pois temos uma parte desse trecho bastante plano. Enfim, as obras não estão ainda

concluídas, e há necessidade de uma sinalização maior.

Quero fazer uma solicitação pública para que a Polícia Rodoviária Estadual do Posto Policial de Concórdia, Posto 20, possa, de fato, estar mais presente, acompanhando a conclusão das obras e também orientando os motoristas, porque temos o rio Uruguai, e a prainha do rio Uruguai é muito atrativa, e a população de Chapecó se desloca até a prainha do rio Uruguai.

Então, queremos fazer aqui uma solicitação para que Polícia Rodoviária Estadual faça um acompanhamento mais presente, inclusive alertando sobre as dificuldades da própria obra que está em andamento.

Também quero fazer um registro já mencionado no dia de ontem, mas não gostaria de não deixar passar com relação ao primeiro passo de uma conquista que temos trabalhado, eu e o deputado Dirceu Dresch, num grupo de trabalho instituído pelo governo do estado, desde 2011. E ontem, na secretaria de estado da Educação, o próprio secretário de estado lembrou que foi a partir da proposição e do tensionamento desta Casa, por meio dos deputados, que realizamos duas audiências para tratar do tema da terceirização da alimentação escolar em Santa Catarina.

Essas duas audiências aconteceram em 2011, uma em Florianópolis e outra em Chapecó. E a partir então desse debate com a secretaria da Educação, o Cecane, o Conselho Estadual, o Conselho da Alimentação Escolar e também todo o debate com a agricultura familiar e camponesa, por meio de suas organizações, conseguimos então chegar a um entendimento que na nossa avaliação demorou. Mas mesmo demorando três anos, ele chega num percentual ainda pequeno.

Nós vamos atingir com esses produtos apenas 22%, portanto, o estado ainda não cumpre sequer os 30% que a lei federal obriga as prefeituras e municípios a destinarem, que é o percentual para a agricultura familiar e camponesa. Mas mesmo assim é um começo.

Então, estamos iniciando a substituição da terceirização da alimentação escolar, com 18 cooperativas conveniadas, no dia de ontem, e em torno de 22% dos produtos no seu total.

É uma iniciativa, mas nós temos que ter em mente, como eu falava ao secretário, que não estamos satisfeitos plenamente, porque o objetivo é fazer o que a maioria das prefeituras deste estado já fazem, que são praticamente 100% da alimentação escolar sendo garantida através da agricultura familiar e camponesa.

Isso ajuda os agricultores, porque estimula o aumento da renda, da produção, exige uma organização e um diálogo entre as duas secretarias, no mínimo as duas secretarias, com a Epagri, as entidades que organizam os agricultores familiares e camponeses, e também se começa a fazer um debate melhor sobre aquilo que levamos para a alimentação das nossas crianças.

Também o próprio deputado Dirceu Dresch falava da quantidade, em torno de 30 grupos organizados que já têm produção agroecológica e orgânica. Então, acho que esse é um passo importante, que temos que destacar. E vamos fazer de tudo, é claro, para que dê certo e que os obstáculos sejam vencidos.

Também quero destacar aqui uma reivindicação da classe empresarial de Chapecó, mas que representa toda sociedade chapecoense, com relação à Operação Veraneio.

Nós tivemos a informação de que 8.400 policiais estarão envolvidos, deputado Silvio Dreveck, nessa Operação Veraneio. Mas não nos chega a informação de quais municípios e o número exato de policiais que serão realocados para essa operação.

Portanto, quero dizer que já estamos preocupados. Chapecó já é a cidade, hoje, infelizmente, com o maior número de homicídios no estado de Santa Catarina; já chegamos a 52 homicídios, e assusta-nos esse crescimento. Imaginem vocês se nós, agora, perdermos mais policiais militares, civis e bombeiros.

Entendemos que a população tende a se concentrar mais, nesse período, na capital, na região litorânea, mas também temos muitos balneários na nossa região, e não pode ser em detrimento de alguns que se garanta a segurança neste estado.

Então, gostaria de fazer um pedido de revisão e também de maior transparência com relação aos números, para que possamos fazer um debate mais sério sobre as operações que todo ano prejudicam várias regiões, entre elas a região oeste de Santa Catarina.

Para terminar, quero fazer algumas ponderações com relação às recomendações que a comissão Nacional da Verdade, no dia de ontem, ao entregar o relatório dos trabalhos dessa comissão solicita que sejam então providenciados.

Não vou citar todos, mas quero destacar alguns: o fortalecimento das defensorias públicas em todos os estados, aqui em Santa Catarina é um bom exemplo; a dignificação do sistema prisional e do tratamento dado ao preso; a instituição legal de ouvidorias externas no sistema penitenciário e nos órgãos a ele relacionados; o reconhecimento pelas forças armadas da sua responsabilidade institucional pela ocorrência de graves violações de direitos humanos durante o período de 64 a 85; a determinação da responsabilidade jurídica, criminal, civil e administrativa dos agentes públicos que causaram graves violações de direitos humanos ocorridas no período investigado; a proposição pela administração pública de medidas administrativas e judiciais contra agentes públicos autores de atos que geraram a condenação do estado em decorrência de prática de graves violações de direitos humanos; a proibição de a realização de eventos oficiais em comemoração ao golpe de 64; a reformulação dos concursos de ingresso e dos processos de avaliação contínua nas forças armadas e na área de segurança pública para valorizar o conhecimento sobre os preceitos inerentes à democracia e aos direitos humanos; a modificação do conteúdo curricular das academias militares e policiais para a promoção da

democracia e dos direitos humanos; a retificação da causa da morte e pessoas mortas em decorrência de graves violações dos direitos humanos; a retificação de informações na rede de integração nacional de informações de segurança pública, justiça e fiscalização e, de forma geral, nos registros públicos; a criação de mecanismos de prevenção e combate à tortura.

Esses são alguns dos 29 procedimentos solicitados pela comissão Nacional da Verdade.

Muito obrigada!

(SEM REVIASÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Muito obrigado, deputada Luciane Carminatti.

Não havendo mais oradores inscritos, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, solene, para hoje, às 19h30, em Capivari de Baixo, em homenagem ao centenário de nascimento do ex-governador Jorge Lacerda, proponente o nosso sempre presidente, deputado Joares Ponticelli.

Está encerrada a sessão.